

Sobre utopias e dystopias

HENRIQUE RATTNER*

Como definir esses dois conceitos? Utopista é considerado um sujeito que propõe, para eliminar a pobreza e enfrentar os problemas sociais e políticos que afligem a sociedade, soluções imaginadas e consideradas dificilmente realizáveis. A palavra “utopia” tem suas raízes linguísticas no grego clássico, em que a sílaba “u” significa a negação e a “topus”, o local ou espaço geográfico e social. Utopia, assim definida, seria algo não existente, sem lugar concreto e o utopista, o homem (ou mulher) que procura criar condições ou propor ações, geralmente políticas, para transformar a utopia em realidade, sem se dar conta do contexto histórico e das restrições impostas pelas relações de poder, adversas à mudança social. O conceito utopia é usado com um certo sentido pejorativo para desqualificar as ideias não conformistas ou de transformação dos que questionam as mazelas da realidade.

Mas, já no século XV, o filósofo e estadista inglês Thomas More descreveu seu modelo de um estado político ideal como Utopia e pagou sua ousadia com longos anos de cárcere e, finalmente, com sua execução no cadafalso.

A dystopia nos remete a situações de conflitos, desordem, crises, guerras

enfim, as calamidades que afligem a humanidade, desde seus primórdios. É na época do Renascimento, em tempos de grandes transformações sociais e conflitos, entre os príncipes feudais e os reis, que aparece também a obra de Thomas Campanella (1568-1639), filósofo italiano, intitulada “Cidade do Sol”, considerada precursora de ideias comunistas e que lhe valeu 27 anos de cárcere.

A utopia como visão de um futuro melhor aparece na mesma época na doutrina dos anabatistas, uma seita cristã cujos membros faziam parte da ala mais radical da Reforma que sacudiu as instituições políticas da Europa central. Seus seguidores (milenaristas) acreditaram na vinda do Messias que reinaria por um milênio e aderiram em massa ao seu chefe espiritual Thomas Muenzer, que foi hostilizado pelo reformista conservador, Martinho Lutero. Dezenas de milhares de camponeses travaram batalhas sangrentas contra os senhores feudais e os bispos da Igreja católica. Tal como os Hussitas na Tchécia, os anabatistas surgiram no momento histórico de grandes transformações e conflitos que opuseram os príncipes protestantes e o rei da Suécia ao imperador católico da



* **HENRIQUE RATTNER** é Professor titular aposentado da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo) e da Faculdade de Economia e Administração da USP; autor de, entre outros, “O resgate da Utopia: cultura, política e sociedade” (São Paulo: Palas Athena, 2005).

Áustria–Hungria e que devastaram toda a Europa central. Instigado por Muenzer que convocou os camponeses, a “realizar o impossível”, o movimento de massas camponesas assumiu características revolucionárias, inéditas na História. O milenarismo considerava a revolução como um valor em si, não como um meio para alcançar determinado objetivo dado e fixo, a não ser uma aspiração para um mundo melhor. Três séculos mais tarde, Mikhail Bakunin, pai do anarquismo, afirmaria que “o prazer de destruir é um prazer criativo”.

O século XVIII, o dos déspotas esclarecidos, viu também o aparecimento de novas ideias e interpretações sobre os fenômenos sociais e naturais, divulgados pelos enciclopedistas – Condorcet, d’Alembert e Diderot e os filósofos inovadores e críticos J.J. Rousseau e Voltaire. Suas críticas sociais e filosóficas prepararam o terreno para a Revolução Francesa (1789) e as transformações políticas e culturais que a seguiram. As mudanças econômicas provocadas pela Revolução Industrial e a expansão do comércio com as colônias de além mar impulsionaram a emergência de uma nova classe social – o proletariado industrial – composto pelos camponeses que foram expulsos de suas terras, encurralados nas cidades e explorados de forma desumana. Enquanto a burguesia comercial e industrial prosperou e enriqueceu, a miséria, as doenças e o brutal e desumano regime de trabalho foram o destino do proletariado. Tanto a França quanto a Inglaterra expandiram seus impérios coloniais, exportando produtos manufaturados e importando matérias primas e especiarias. Mas, enquanto a França empobreceu em consequência das guerras napoleônicas, a situação dos trabalhadores tornou-se insuportável e despertou os protestos de homens mais ousados e esclarecidos que pregaram a

resistência e ações revolucionárias, precursoras de lutas sociais que impactaram profundamente o cenário político, ainda que suas tentativas de levantar as massas fracassaram.

Entre os mais destacados, citamos Babeuf F.E. (1760-1797), que conspirou com um pequeno grupo de seguidores contra o Diretório que governava após a derrubada da monarquia e que o condenou à morte pela guilhotina, da qual escapou suicidando-se. Outro revolucionário de ideias extremistas foi Louis Blanc (1811-1882), que participou ativamente na queda da monarquia em 1848; tornou-se membro da Assembleia Nacional, após exilar-se em 1870.

O escritor e economista, Louis Auguste Blanqui, defendeu ideias socialistas e revolucionárias pelas quais passou longos anos na cadeia. Três homens, considerados os “grandes utopistas” influenciaram profundamente o pensamento e as ações políticas da época, pelas quais são considerados os precursores “clássicos” que pregaram mudanças na organização social e nas relações entre os homens, mais justas e respeitando a dignidade humana.

Charles Fourier (1772) idealizou um estado ideal – a comunidade de “Falanges”, termo inspirado na formação de combate de Alexandre Magno, e que iriam transformar as relações sociais, econômicas e políticas, sobretudo a situação dos trabalhadores e sua miséria, nos primeiros anos da Revolução Francesa sob o governo do Diretório (1789-1795). Seu contemporâneo foi o conde Claude Henri Saint Simon (1760-1825) que fundou uma doutrina social preconizando que cada um ganhasse de acordo com suas capacidades e sua contribuição efetiva ao bem estar social. Na Inglaterra, o reformista Robert Owen (1771-1858), criou as primeiras cooperativas de produção e consumo.

Outro reformador francês, Pierre Joseph Proudhon (1809-1865) também foi considerado precursor do socialismo, e suas propostas de cooperativas inspiram organizações de economia solidária até os nossos dias.

Os três primeiros conclamaram para a luta contra as tendências perversas da acumulação de riquezas desenfreada, por um lado, e o empobrecimento, a exploração e degradação dos trabalhadores, propondo uma ordem social na qual todos trabalham e ganham de acordo com suas necessidades. Os três sonharam suas utopias no antigo estilo intelectual, a partir de um ponto de vista indeterminista, típico da era das Luzes. Socialismo para eles é a expressão da verdade, da razão e da justiça absolutas que devem ser “descobertas” para conquistar o mundo e o poder. Já a mentalidade socialista, mais fundamentada que a ideia liberal, representa uma redefinição da utopia, em termos da realidade sendo magistralmente exposta por Friedrich Engels, na obra “Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft” (O desenvolvimento do socialismo da utopia para ciência).

Naquela época, o tratamento proporcionado aos trabalhadores pelos donos das fábricas, é ilustrado por depoimentos de médicos ingleses que defenderam uma jornada de trabalho de 18-24 horas diárias! Outro médico, em depoimento à Câmara dos Lordes, afirmou que crianças poderiam aguentar um turno de 20 horas diárias. O trabalho infantil foi considerado normal e a alimentação dos jovens aprendizes foi idêntica à servida aos porcos. Também, na França, os mesmos maus tratos e a baixa remuneração, insuficiente para a subsistência, eram fatos comuns nos centros industriais emergentes. Não existiam, naquela época, organizações

em defesa dos direitos trabalhistas e os trabalhadores não tinham representação que os protegesse e, por isso, foram explorados sem piedade ou compaixão.

Mesmo nos anos da Revolução Francesa, os direitos dos trabalhadores não foram respeitados enquanto a burguesia acumulou fabulosas riquezas, sem parar.

Foram essas condições, no início do século XIX, que tornaram a questão social em fonte de movimentos de protesto e estimularam os utopistas a procurar caminhos e soluções para a emancipação da classe operária. Suas ideias e propostas, visando a transformação do sistema capitalista careciam de conhecimentos sobre a dinâmica e da evolução do capitalismo. Acreditaram em mudanças a partir da aceitação de novas relações sociais pelos poderosos da época, movidos por sentimentos humanitários e de compaixão com a miséria da classe trabalhadora. A esperança por reformas sociais determinou as visões utopistas, muito distantes das relações de poder na sociedade capitalista emergente. Por um lado, poderosas monarquias e os senhores feudais, aliados ao poder onipresente da Igreja e, por outro lado, trabalhadores em situação de miséria e desorganizados, os utopistas acreditaram poder mudar essa situação apelando à boa vontade da classe dominante. Tanto Owen quanto Fourier procuraram dar o exemplo de convívio humano e solidário, investindo seus próprios recursos na criação de comunidades em que os trabalhadores seguiriam os princípios solidários e justos preconizados pelos fundadores.

Somente a próxima geração de pensadores críticos, sobretudo Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) perceberam e pregaram que entre a propriedade e a pobreza, o capital e o trabalho, as relações seriam de

confrontação e de luta de classes. A superação desse conflito e a consequente emancipação da classe operária permitiriam a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, abrindo uma nova perspectiva para a humanidade. Após inúmeras revoltas dos trabalhadores e sua repressão sangrenta, surgiram as primeiras obras baseadas na concepção materialista e dialética da História. Em 1844, foi publicado o estudo de Engels sobre “A situação da classe operária na Inglaterra” e, em 1848, foi publicado o “Manifesto Comunista” elaborado por Marx e Engels, com tremendo impacto nas sociedades capitalistas da época. As obras posteriores de Marx e Engels, bem como os escritos de M. Bakunin e P. Kropotkin impulsionaram a formação de movimentos trabalhistas em vários países da Europa que se uniram pouco tempo depois para criar a primeira Internacional dos proletários.

Tensões e conflitos internos, particularmente entre Marx e Bakunin, levaram à dissolução da Internacional, nos anos oitenta. Mas, a expansão capitalista levou ao fortalecimento dos partidos dos trabalhadores na Europa ocidental e central e, logo depois, surgiu a 2ª Internacional, de orientação social democrata e reformista que ganhou milhões de adeptos nos países capitalistas. Um dos temas mais calorosamente debatidos – Reforma ou Revolução – discussão em que participaram teóricos alemães (K. Kautsky, E. Bernstein, F. Mehring), francês (J. Jaurès), austríacos (Otto Bauer, Friedrich Adler, Karl Renner) e russos e poloneses (Rosa Luxemburg, Plekhanov e V. I. Lenin) foi radicalmente resolvido pela eclosão da Primeira Guerra mundial, quando cada um dos partidos socialdemocratas convocou seus membros à defesa de sua pátria, contra os inimigos externos. A

dissolução da Internacional durante a guerra de 1914-1918, abriu o caminho para a formação, por um grupo de revolucionários reunidos durante o conflito por duas vezes na Suíça, em Zimmerwald e Kienthal, que preconizaram a derrubada armada dos regimes capitalistas e absolutistas, apelando à solidariedade de todos os trabalhadores. “Proletários de todos os países, uni-vos” foi a palavra de ordem daqueles que ousaram desafiar os regimes existentes e proclamar o advento do socialismo pela instalação de governos compostos por representantes dos trabalhadores, soldados e camponeses.

A revolução russa de 1917, foi a primeira tentativa de tomada de poder bem sucedida apesar das intervenções militares apoiadas pelas potências ocidentais. Assim, foi criada a URSS – a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que mudou o cenário político mundial e perdurou até 1989. Tentativas semelhantes de levantes armados na Alemanha e na Hungria fracassaram, o que deixou a União Soviética, após a derrota de seu exército vermelho em sua invasão da Polônia, completamente isolada.

Os marxistas revolucionários tinham previsto que a revolução, seguida de transformações econômicas, sociais e políticas, iria ocorrer primeiro nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas industrialmente onde o processo de concentração de capital e a centralização do poder iriam acirrar a luta de classes. Não conseguiram antecipar que o regime capitalista fosse capaz de superar a depressão econômica e o desemprego em massa de 1929-1935, em boa parte devido ao processo de rearmamento em preparação da segunda guerra mundial e a mobilização de

dezenas de milhões de jovens para servirem nos respectivos exércitos.

Apesar da destruição dos sistemas produtivos nos países europeus, particularmente na Alemanha e na URSS, e a hecatombe de mais de cinquenta milhões de vítimas entre mortos e feridos, o pós-guerra viu a reconstrução capitalista, impulsionada pelo Plano Marshall e apesar de grandes avanços em número de votos dos partidos comunistas nas eleições dos países da Europa ocidental, sobretudo na França e na Itália.

O mundo ficou dividido pela “guerra fria” e o muro de Berlim entre as duas superpotências.

A reconstrução da economia capitalista na Europa levou à criação, em vários países, do Estado de Bem Estar Social, com a cooptação dos dirigentes da “esquerda” e o enfraquecimento dos partidos trabalhistas, atraídos pelo consumo de massa e salários mais altos que dispensariam a luta de classes.

Por outro lado, a revelação dos bárbaros crimes cometidos pelo regime stalinista na ex-URSS, os “Gulags”, a perseguição e muitas vezes a execução sumária de opositores, inclusive das lideranças históricas da revolução e do exército vermelho enfraqueceu os partidos comunistas em todos os países e deixou desorientados aqueles que ainda sonhavam com uma mudança social radical e a transformação das relações sociais para um mundo mais justo e igualitário.

A partir dos anos oitenta, a doutrina neoliberal e sua proclamação do mercado como o “deus ex-machina” do desenvolvimento parecia impor-se como ideologia dominante, sobretudo após o desmoronamento da URSS e a conquista de autonomia dos países ex-satélites. As elites dominantes e seus intelectuais

“orgânicos” proclamaram o “fim da História”, da luta de classes e a marcha irresistível do regime capitalista para a hegemonia mundial.

As crises financeiras recorrentes de 1982, 1990 e 1999 atingiram sobretudo os países periféricos e “emergentes”, diferentemente da crise financeira que eclodiu em 2008 nos Estados Unidos e propagou-se como um “tsunami” para todos os cantos do mundo, com consequências ainda não totalmente previsíveis. Quebra de bancos e de empresas, queda de investimentos e desemprego em massa, resultam em perda de ativos de trilhões de US\$ em todas as economias e ameaçam a segurança e o bem estar de toda a humanidade.

Seria o desmoronamento da URSS dominada pela oligarquia stalinista e seu regime totalitário, evidência suficiente da superioridade do sistema capitalista?

A exploração desumana dos trabalhadores, no século XIX, base da acumulação primitiva, as crises econômicas e financeiras recorrentes até os nossos dias, a repressão sangrenta dos povos colonizados na África, Ásia e América Latina e as duas grandes guerras (1914-1918) e (1939-1945) que causaram dezenas de milhões de mortos e mutilados, destruíram inúmeras cidades e seus sistemas produtivos não podem ser ignorados por historiadores supostamente imparciais, fazendo a apologia do sistema capitalista.

Mas, a revolução mais ampla e profunda, ainda inspirada nas ideias de Marx e que iria alterar profundamente as relações políticas e militares do mundo, foi inegavelmente, a chinesa (1949) sob a liderança de Mao Tse Tung. Conduzindo suas tropas constituídas por camponeses, durante mais de duas décadas, pelo imenso território chinês, enfrentando os

“generais – senhores da guerra”, as tropas enfraquecidas e ineficazes do governo central e os invasores japoneses, conquistou o poder, causando a fuga dos soldados de Tchang Kai Chek para a ilha de Formosa, posteriormente batizada de Taiwan.

Apesar dos eventuais excessos da Revolução Cultural, a China, adotando políticas econômicas baseadas em planos quinquenais, transformou-se em menos de três décadas, de um país dos mais pobres do globo, em uma das primeiras potências industriais e militares, superando seu atraso secular em matéria de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e superando os principais países desenvolvidos, com exceção dos EUA, em capacidade produtiva e potencial militar. As políticas, industrial, comercial e agrícola, implantadas com base em um planejamento central com altíssimas taxas de poupança e investimentos, propiciaram ao país não

somente um crescimento do PIB superior a 10% ao ano, mas também a absorção e integração ao mercado de mais de 300 milhões de camponeses, antes miseráveis e analfabetos, como produtores e consumidores, mais do que todos os países em desenvolvimento no conjunto, na mesma época.

Após duzentos anos de história de lutas, revoluções e reações violentas, persiste a interrogação: a dystopia – o sistema caótico e injusto do mercado capitalista, poderá ser transformado no mundo de homens livres, solidários e cooperando para o bem estar de todos, com base nos direitos humanos que incluem a segurança social, o direito ao trabalho, à educação, a proteção contra o desemprego enfim, o direito de criar organizações autônomas e auto-gestionárias?

O Fórum Social Mundial responde afirmativamente: “Um outro mundo é possível”!